ABQ | Academia Brasileira da Qualidade

Pobreza e Desigualdade e suas Relações com Felicidade

Autoria: Ettore Bresciani Filho

Vivaldo Antonio Fernandes Russo

A inclusão social e a exclusão social são processos políticos, sociais e econômicos de natureza complexa pois envolvem muito fatores de influência que se relacionam entre si de um modo dinâmico. O processo de inclusão social é um processo fundamentalmente de combate à pobreza e à desigualdade (particularmente desigualdade de renda). Mas envolve também outros processos como os de acesso aos sistemas públicos e privados de alimentação, saúde, habitação, educação, informação, justiça e segurança, mobilidade, cultura, lazer e participação social e política na sociedade. Assim sendo, o processo de exclusão social é aquele no qual indivíduos, ou grupos de indivíduos, são excluídos involuntariamente dos benefícios decorrentes da inclusão social.

Em decorrência dessas definições, e com uma ampliação de considerações políticas, pode-se considerar que a Sociedade Inclusiva é aquela na qual as pessoas possam desfrutar do processo de inclusão social - independentemente de gênero, raça, idade, origem, religião, ideologia e classe – e tenham igualdade de oportunidades em um ambiente democrático e de respeito aos direitos humanos fundamentais.

De um primeiro estudo, realizado pelos autores deste texto, algumas observações podem ser destacadas: "Os conceitos de inclusão social, exclusão social, pobreza e desigualdade social são de natureza multifacetada, multidisciplinar e complexa, e assim sendo diferentes significados para esses conceitos foram construídos; e a diversidade de significados dificulta muitas vezes a implantação ou implementação de medidas práticas de intervenção no ambiente social visando a ampliação da inclusão social, a diminuição da exclusão social, pobreza e da desigualdade social. Diante desses desafios para o tratamento do tema, a Organização das Nações Unidas com o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, inicialmente e, agora substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, surge como referência internacional para estabelecer conceitos de aceitação universal. Para se ter inclusão social com qualidade é necessário primeiramente medir os requisitos relacionados à pobreza e às demais dimensões da exclusão social e da desigualdade social, e a medição desses requisitos dá origem aos indicadores e índices (métricas) sociais correspondentes...Embora, vários instrumentos de intervenção na sociedade, para torná-las mais igualitárias, estejam sendo utilizados por Governos de diversos países, ainda não há um consenso sobre o melhor caminho a seguir." (BRESCIANI & RUSSO, 2017)

Para a análise da evolução dos processos sociais, na atividade de pesquisa em ciências sociais (pesquisas dos processos sociais, econômicos e políticos) são desenvolvidas métricas na forma de indicadores, índices e coeficientes. Existe uma grande diversidade de métricas utilizadas diante da complexidade dos processos estudados. Esses processos, que são dinâmicos, podem ter aspectos qualitativos e quantitativos que refletem as possíveis observações e determinações de métricas objetivas e subjetivas, e suas evoluções ao longo do tempo. Em geral as métricas são indicadores que compõem os índices, e os índices são às vezes denominados de coeficientes. Contudo convém destacar que essas métricas são também fundamentais para estabelecer metas e controlar os processos de gestão com qualidade, e assim garantir a inclusão social, com a consequente redução da pobreza. Esses processos comumente são conduzidos pelos Programas de Governos (Federal, Estadual e Municipal) e de parceiros nacionais e internacionais desses Governos.

No Brasil a agência responsável para estabelecer oficialmente estes indicadores e índices é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e adicionalmente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que os divulgam periódica e sistematicamente. Internacionalmente, diversas métricas são divulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM), Organização de Desenvolvimento Econômico, Organização Mundial da Saúde e outras mais.

As métricas de economia normalmente utilizadas são o Produto Interno Bruto (PIB), o Produto Interno Bruto per capita, a Renda Nacional, a Distribuição da Renda Nacional pelas Classes Sociais, o Coeficiente de Gini para a Desigualdade de Renda, e outras mais. As métricas associadas às condições de desenvolvimento social mais citadas no Brasil são: O Índice de Vunerabilidade Social e o Índice de Desenvolvimento Humano.

A determinação das principais métricas se apoia em métodos estatísticos, como as distribuições estatísticas geradas nos levantamentos das distribuições de renda das populações. Mas outras derivam da aplicação da teoria financeira, teoria do bem-estar social, teoria da informação e da teoria da entropia. De um modo geral se busca conceber um modelo da desigualdade social, levando-se em conta os desafios para passar dessas teorias à prática de aplicação do modelo.

Mas convém destacar que "inicialmente, as medidas de desigualdade de renda da população eram obtidas das análises estatísticas tradicionais, e as análises de desigualdade de uma distribuição de renda, avaliadas tradicionalmente, ganharam grande impulso através da vinculação da sua influência no bem-estar da sociedade. Adicionalmente, o uso dos conceitos de entropia vindos da teoria da informação ampliou ainda mais esta evolução. A utilização de princípios ou axiomas, para os quais as comparações de desigualdades entre distribuições devem ser submetidas, seleciona, entre grande variedade de medidas alternativas, os índices mais adequados ao propósito da análise. Embora, o Índice de Gini seja, geralmente, o mais divulgado para análise da desigualdade social...", outros índices são também utilizados (RUSSO & BRESCIANI, 2018a). Esses índices são tratados em detalhes também em outro trabalho destes autores (RUSSO & BRESCIANI, 2020b).

Sumário

1. Pobreza 5

2. Felicidade 8

Referências 11

1. Pobreza

Pode-se definir a renda como o volume do fluxo de valores monetários de bens econômicos recebidos (por uma pessoa, uma organização ou um país) num dado período de tempo. E pode-se também definir a pobreza - ou a ausência de riqueza – como volume do estoque de valores monetário de bens econômicos acumulados (por uma pessoa, uma organização ou um país) num dado momento. No caso da renda normalmente o tempo indicado é de um ano, e no caso da pobreza o tempo é representado por uma data determinada.

Em decorrência dessas definições, adotadas neste trabalho, pode-se verificar que a renda e a pobreza têm características próprias, mas o nível de pobreza geralmente toma como referência um determinado nível de renda abaixo do qual, incluindo o próprio, ela se estabelece.

A avaliação da desigualdade de renda, nas décadas recentes, verificada pela distribuição de renda nos diferentes níveis de classes sociais, ou por meio do Coeficiente de Gini, demonstra um nível de desigualdade de renda, dentro dos países e entre os países, muitas vezes injusto e inaceitável socialmente. Alguns estudos indicam que a ênfase das políticas públicas deve se orientar na redução, ou mesmo na eliminação, da pobreza e não obrigatoriamente na distribuição de renda. Mas este é um assunto polêmico, pois fica a dúvida: de onde retirar os recursos monetários para promover a redução, ou eliminação, da pobreza se não houver crescimento econômico, e mesmo se houver crescimento econômico quando esse crescimento acentuarem as condições de desigualdade, isto é, se eles continuarem a ser apropriados pelas classes mais elevadas?

Apesar de existirem políticas públicas em diferentes países, inclusive no Brasil, com a finalidade de reduzir a pobreza, em geral verifica-se que o progresso tem sido lento. A prática tem mostrado que é possível reduzir este tempo por meio do combate simultâneo contra a pobreza e a desigualdade de renda. Mesmo em países considerados ricos, como os Estados Unidos, existem dezenas de milhões de pessoas vivendo abaixo da denominada linha de pobreza oficial (1% da população, em 2016) situação certamente agravada com a Pandemia atual. De qualquer modo, a luta contra a pobreza deve prosseguir de modo a garantir uma redução bem mais acelerada para conceder às populações mais carentes condições de vida mais digna.

Diversos caminhos têm sido indicados por diferentes estudiosos do assunto, de acordo com as suas orientações ideológicas. Pode-se destacar as propostas para ampliar a tributação com impostos progressivos (não proporcionais) das rendas e dos patrimônios das classes da população de maior renda e patrimônio, e também ampliar o volume de gastos públicos em serviços que promovam a redução da desigualdade principalmente na área da educação e da saúde. Muito importante ainda é destacar as iniciativas governamentais de redução da pobreza, com implantação de programas, ou implementação de programas já existentes, de renda mínima e de assistência emergencial para as classes de menor renda. Contudo não se pode deixar de enfatizar que é o crescimento econômico sustentável que contribuirá substancial e permanentemente para a redução da pobreza, desde que as rendas e os patrimônios decorrentes desse crescimento não continuem concentrados nas classes sociais mais elevadas. De qualquer modo, esse tema tem sido objeto de polêmica entre os estudiosos do assunto (ATKINSON, 2015; BOURGUIGNON, 2004; PIKETTY, 2014, 2020)

Diante da urgência em se pensar o problema da desigualdade, e agir por meio de políticas públicas, econômicas e sociais, para a sua substancial redução, alguns aspectos dos textos elaborados por Thomas Piketty convém que sejam destacados. Esse autor já assinalava que a taxa de rendimento do capital privado é continuamente mais elevada do que a taxa de crescimento dos salários, e isso contribuiria para crescente desigualdade de renda e aumento de pobreza na sociedade (PIKETTY, 2014, p.555-561). E

ainda indicava que teoria mais aceita para a existência de diferenças salariais se apoiava nas seguintes hipóteses: produtividade marginal do trabalhador, a qualificação do trabalhador, e a lei da oferta e da procura no mercado do trabalho; contudo fazia a ressalva que comprovar essas hipóteses não seria tarefa fácil devido à complexidade do sistema da economia e também da atuação das corporações (PIKETTY, 2014, p.296-305). Em trabalho mais recente, deixa explicitamente claro, logo na introdução, as dificuldades de resolver o problema da desigualdade de renda, após detalhada pesquisa histórica, com a frase: "A desigualdade não é econômica ou tecnológica: é ideológica e política...Em outras palavras, o mercado e a concorrência, o lucro e o salário, o capital e a dívida, os trabalhadores qualificados e não qualificados, os nacionais e os estrangeiros, os paraísos fiscais e a competitividade não existem como tais. São construções sociais e históricas que dependem inteiramente do sistema jurídico, tributário, educacional e político que se escolhe instituir e das categorias que se opta por criar." (PIKETTY, 2020, p.16-17).

A medição do nível de pobreza é realizada com a definição de uma métrica denominada linha de pobreza, que corresponde à renda recebida, principalmente decorrente de salários, até um valor arbitrariamente fixado por entidades nacionais ou internacionais. Por exemplo, para a definição de pobreza extrema ou miséria absoluta, o Banco Mundial estabeleceu o valor de 1,90 dólares americanos por dia e por pessoa, em Paridade do Poder de Compra (PPC) em 2011 . E, como exemplo, pode-se indicar a porcentagem da população abaixo da linha de pobreza extrema (para o ano da pesquisa): Alemanha: 0,2 (2008); China 0,5 (2016); Brasil 4,4 (2018); e EUA 1,0 (2016) (THE WORLD BANK,2020)

O Banco Mundial, em 2016, estabelecera duas metas ambiciosas para 2030: acabar com pobreza extrema no mundo e promover a prosperidade compartilhada em todos os países de forma sustentável. A prosperidade compartilhada é medida pelo crescimento da média da renda dos 40% mais pobre da distribuição de renda da população, chamado '40% da base'. Assim se espera que o crescimento da média de renda dos 40% da base seja maior do que o crescimento da média de renda de toda a população. O Banco Mundial já estava preocupado com o decréscimo nas previsões do crescimento econômico para várias regiões do mundo, preocupação que deve ter se acentuado principalmente com a pandemia de 2020 que aumentou a incerteza de poder acabar com a pobreza extrema em 2030. No relatório elaborado na época, o Banco "destaca algumas áreas onde intervenções políticas dos países apresentam rigorosas evidências de redução da desigualdade. São elas: a) desenvolvimento da criança desde o nascimento, incluindo amamentação; b) cuidados universais da saúde; c) educação de qualidade; d) transferência de renda com condicionalidade; e) investimentos na infraestrutura rural, como eletricidade e estradas; f) impostos progressivos para financiar intervenções que promovam redistribuição de renda" (extraído de RUSSO & BRESCIANI, 2018b; WORLD BANK GROUP, 2016).

Essas considerações sobre pobreza são tratadas em detalhes em outros trabalhos destes autores (ver Referências), mas cabe neste trabalho resumir algumas considerações finais de um deles (RUSSO & BRESCIANI 2018b): "Quando olhamos para o passado, embora a pobreza extrema venha caindo no mundo, ainda existem focos de proporções inaceitáveis, principalmente na África Subsaariana e no Sul da Ásia. Nestas regiões estão países cuja economia é tipicamente rural. A economia destes países não acompanhou a gigantesca evolução ocorrida no planeta a partir da Revolução Industrial. Ao analisar os conceitos de pobreza e desigualdade de renda, vimos que há uma forte relação entre ambos. Algumas causas da miséria e da extrema desigualdade são comuns, como é o caso da concentração da renda no topo da distribuição e suas consequências. Já, há bom tempo, os especialistas vêm discutindo se as intervenções de governo devam privilegiar a redução da pobreza em detrimento da luta contra a desigualdade. O modelo pobreza-crescimento-desigualdade de renda mostra que a redução da pobreza é função do crescimento macroeconômico e da alteração da distribuição da renda no sentido de diminuir a desigualdade. Através dele, percebemos que, teoricamente, é possível reduzir a pobreza somente com o crescimento da renda nacional, mas esta alternativa se mostrou muito lenta, o que a torna inaceitável. A situação viável advém da combinação entre crescimento e redução da desigualdade, como inúmeros casos reais de sucesso no mundo

demonstram. Consequentemente, a grande questão que fica é se existe relação entre crescimento e desigualdade. Pesquisa recente conclui que, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, menor desigualdade de renda após imposto tem correlação robusta com crescimento mais rápido e duradouro devido a acumulação do capital humano, entre outros fatores. Além disso, algumas práticas de intervenção através de políticas públicas resultam eficazes na redução da desigualdade permitindo aos indivíduos do bloco inferior da renda compartilhar da prosperidade. E, por fim, olhando para o futuro, deparamos com novas ameaças e oportunidades. A indústria 4.0, que reúne modernas tecnologias para produção de bens e serviços, irá eliminar muitos empregos que, provavelmente, serão substituídos, em parte, por outros gerados de novas tarefas em que o trabalho é mais competitivo que a automação. Entretanto, essas tarefas exigirão novos e complexos conhecimentos que nem sempre estão acessíveis no curto prazo. De qualquer forma, milhões de trabalhadores não qualificados estarão, definitivamente, impossibilitados de assimilar esses novos conhecimentos e, portanto, ficarão desempregados. Eles dependerão de um possível auxílio básico universal. Surge, também, no horizonte, o dilema crescimento insustentável versus recessão causado pela necessidade de reduzir o consumo excessivo. O consumo excessivo ameaça a capacidade da Terra de fornecer recursos naturais causando um colapso socioeconômico mundial. Devemos, portanto, adotar um estilo mais simples de vida, porém com maior felicidade. O desemprego então resultante poderá ser compensado por investimentos em áreas do bem-estar coletivo, como energia, por exemplo.”

2. Felicidade

O crescimento econômico pode ser essencial para a redução da pobreza, mas o meio-ambiente não tem condições de comportar esse crescimento de produção e consumo por muito mais tempo. E o crescimento sustentável dever ser objeto de preocupação de todos na sociedade. Existe quem defenda o aumento de controles das taxas de natalidade e a redução da propaganda. Outros avançam nas propostas para estabelecer políticas econômicas que procurem conciliar o crescimento econômico, com a consequente manutenção do nível de emprego, com a limitação do consumo e com o aumento do investimento em infraestruturas na área de saneamento, saúde e educação. Mas acima de tudo, deve-se considerar os estudos que estabeleceram relações entre crescimento econômico, renda, felicidade e bem-estar; e demonstraram que nem sempre um aumento de renda, decorrente do crescimento econômico, corresponde a um aumento de felicidade e bem-estar (EASTERLIN, 2013; KOTLER, 2015)

Em trabalho publicado anteriormente, os seguintes conceitos fundamentais foram destacados (RUSSO & BRESCIANI, 2020a): "A preocupação com o estudo do conceito de felicidade, e de conceitos correlatos como o de bem-estar, tem se manifestado ao longo dos tempos, sendo que os primeiros escritos registrados, e mais divulgados, pertencem aos filósofos gregos da história antiga: Sócrates, Platão e Aristóteles. Este último segue a orientação dos dois primeiros colocando a virtude como característica essencial da natureza humana para uma vida de bem-estar. A virtude, de fato a virtude ética - que corresponde ao exercício da justiça, a manifestação de coragem e o comportamento temperado –, se identifica como habilidade de comportamento racional, emocional e social. Aristóteles entende que para ter uma boa vida uma pessoa deve reunir, em um todo, a avaliação apropriada do modo como exerce a amizade, cuida da saúde, desfruta do prazer, e comporta-se com virtude e honradez. E a sabedoria prática que se pode adquirir não decorre somente de regras gerais apreendidas, mas por meio do exercício prático das capacidades emocionais e sociais adequadas a cada situação particular. (KRAUT, 2018). Atualmente, e de um modo geral, pode-se encontrar na filosofia dois significados para a palavra felicidade (happiness). A seguir, são apresentados, de modo resumido, esses significados segundo a interpretação dos autores deste trabalho com base na referência indicada (HAYBRON,2019). O primeiro corresponde aproximadamente ao conceito de bem-estar (well-being), e se refere a uma boa condição na condução da vida, e com uma valoração que pode, de alguma forma, ser quantificada para obter com isso um certo grau de objetividade. Desse modo, algumas questões fundamentais podem ser propostas, e destacamos duas: Quais benefício são mais adequados a uma pessoa para levar à condição de bem-estar, na sua perspectiva, servindo assim aos seus interesses e desejos? Gozar de bem-estar pode significar também realizar o bem para si próprio e para os outros, mesmo quando possa haver algum grau de conflito de interesses e desejos? O segundo se localizado no campo da psicologia, identificando a felicidade como um estado da mente, e mais especificamente com associação aos conceitos tratados nas teorias da satisfação e da motivação, caracterizando-se assim como um valor que pode, de alguma forma, ser qualificado, mas com um elevado grau de subjetividade. Neste caso, também algumas das questões fundamentais que se pode imaginar, são as seguintes: Quais estados da mente de uma pessoa podem corresponder à sensação de felicidade? Quais fatos da vida de uma pessoa provocam satisfação, motivação e felicidade? Atualmente tem se desenvolvido muitas pesquisas para medir a felicidade, apesar das dificuldades experimentais inerentes ao fato felicidade ser uma característica que apresenta muitas dimensões representadas por diferentes variáveis que, por sua vez, podem se correlacionar com outras variáveis de natureza sociológica, econômica e psicológica. Alguns exemplos de resultados dessas

pesquisas podem ser citados: a maioria das pessoas se julgam felizes; diante das dificuldades da vida (que podem surgir de modo previsto ou imprevisto) as pessoas procuram se adaptar e retornar a uma situação que consideram de felicidade; as pessoas tendem a superestimar a sua capacidade de obter uma situação feliz; e a prosperidade material (que significa possuir bens materiais e dispender recursos em diferentes serviços, todos propiciados pelos ganhos financeiros) parece influenciar pouco a sensação de felicidade. Este último resultado, particularmente, precisa ser avaliado com mais cuidado, pois o resultado depende muito da filosofia de vida das pessoas e das suas referências políticas, religiosas e culturais na sociedade da qual é parte integrante. Contudo, não se pode deixar de lembrar que o crescimento econômico de um país, e as implicações desse crescimento no bem-estar material das pessoas, tem sido uma preocupação constante das políticas econômicas adotadas pelos seus governantes. Particularmente, o estudo do método de pesquisa conduzido pela organização Gallup, com base em seu relatório de pesquisa, é analisado no próximo item Talvez seja o exemplo mais marcante de estudos realizados no qual os índices de felicidade, significando satisfação com a vida, estão nitidamente relacionados com variáveis econômicas, que indicam a prosperidade material, apesar de não deixar de considerar a influência de variáveis de natureza psicossocial, que expressam a qualidade das relações que a pessoas mantém com as outras pessoas da família, do ambiente de trabalho, e de outros meios sociais nos quais frequentam e que propiciam a realização de amizades gratificantes. Além disso, são consideradas também variáveis importantes como as que se referem aos prazeres advindos dos estudos que as pessoas realizam, do progresso profissional que atingem e da sensação de estar gastando o tempo em atividades que gostam e que são úteis socialmente e, particularmente, o grau de liberdade de pensamento que governam suas decisões e ações. Contudo, convém destacar que como em qualquer pesquisa experimental, no caso uma pesquisa experimental de campo, a qualidade dos resultados depende da confiabilidade das medidas das variáveis, e isso pode ser avaliado verificando os eventuais erros de medida que podem ter sido cometidos. A utilização de escalas de avaliação da qualidade ou da satisfação com a vida, pode ser uma fonte de imprecisão quando se pondera em maior grau os objetivos materiais em detrimento dos demais objetivos da vida. Esse fato ocorre em parte devido a facilidade de quantificar mais precisamente os objetivos materiais do que outros objetivos em geral de natureza psicológica como, por exemplo, os associados às emoções que decorrem das relações familiares. Outra fonte de imprecisão decorre da não consideração das relações circulares (nas quais algumas variáveis afetam outras, que por sua vez afetam as primeiras) sem que se tenha a possibilidade de isolar esse processo de realimentação. Além do mais, as correlações que se pode fazer entre as variáveis sempre podem criar dúvidas, se elas correspondem de fato a relações de causalidades entre as variáveis."

As medidas do índice de felicidade utilizam o índice do bem-estar subjetivo (aplicando a Escada de Cantril) e se apoiam também nos conceitos de afeto positivo e o de afeto negativo. A pesquisa sobre o bem-estar subjetivo se realiza com cada pessoa, solicitando que ela indique, em uma escala de 0 a 10, como sente no momento quanto à felicidade. Além disso, os valores extremos da escala são definidos, também, pela própria pessoa entrevistada. O índice de afeto positivo (índice emocional), também de aplicação individual, decorre das respostas binárias (sim ou não) à três questões relacionadas às emoções no dia anterior: sentiu-se feliz, sentiu prazer, riu ou sorriu. E o índice de afeto negativo, com o mesmo método de pesquisa individual, decorre de perguntas simétricas às do afeto positivo, ou seja: sentiu-se preocupado, sentiu-se triste, sentiu-se com raiva. Com esses índices calcula-se, utilizando uma amostragem estatística da população, os índices de felicidade médios de um país.

Para completar os estudos dos índices de felicidade, procura-se estabelecer correlações com outros seis índices econômicos e sociais: produto interno bruto per capita, expectativa de vida saudável ao nascer, percepção de poder contar com suporte social de outras pessoas, percepção de liberdade de escolha no sentido de ter a possiblidade de mudar aquilo que entende que deve mudar na vida, generosidade referente à doações em dinheiro, percepção de corrupção no Governo e nas empresas. (WHR, 2020)

Os métodos de análise das medidas dos índices de felicidade se apoiam em análises de tendências em países ou grupo de países, considerando a influência do tamanho da população na felicidade; da desigualdade da felicidade em relação à desigualdade de renda; e classificação da felicidade por país. O país classificado em

primeiro lugar na lista de 2017 – 2019 do WHR (2020), considerando a Escada de Candrill, é a Finlândia com 7,809. E alguns outros, por exemplo, são: Alemanha em 17º com 7,076; Brasil em 32º com 6,376; China em 94º com 5,124; Estados Unidos em 18º com 6,974; e Sudão do Sul, fechando a lista, em 156º com 2,853.

Essas considerações sobre felicidade e qualidade de vida, e suas relações com os índices econômicos como nível do produto interno bruto e nível de renda, dentro de um país e entre países, são tratadas em detalhes em outros trabalhos destes autores (RUSSO & BRESCIANI, 2019a, 2020a; 2020c).

Mas cabe neste trabalho resumir algumas considerações finais de um desses citados (RUSSO & BRESCIANI, 2020a): "O estudo do conceito de felicidade, e de conceitos correlatos como o de bem-estar, foi o objetivo central deste trabalho, que tomou como referência fundamental relatórios de pesquisa recente realizada por entidade conhecida na área de pesquisas sociais. Apesar do tema ser objeto de pesquisa há muito tempo, atualmente tem se desenvolvido muitas pesquisas para medir a felicidade. As diferentes características estudadas podem ser de natureza objetiva ou subjetiva, e fazem parte principalmente das áreas da filosofia, sociologia, economia e psicologia. A obtenção de informações por meio de pesquisas de campo, com entrevistas com pessoas integrantes de amostras de populações, e por meio de consulta a levantamentos socioeconômicos, permitem a determinação de índices de felicidade, de qualidade de vida e de bem-estar que podem ser correlacionados com outros índices sociais, econômicos e psicológicos. Algumas informações obtidas são de natureza objetiva e quantitativa, outras são de natureza subjetiva e qualitativas e, neste caso, exigem a aplicação de métodos de quantificação das informações qualitativas. Os níveis dos índices obtidos expressam diferentes aspectos da vida das pessoas, como a sua renda obtida, a expectativa de vida, o apoio social recebido, a liberdade de escolha, a manifestação de generosidade e a percepção da presença da corrupção em seu meio-ambiente. Cumpre também enfatizar a influência na felicidade causada pelas experiências do dia a dia das pessoas, isto é, relacionada com o bem-estar emocional. Os métodos de análise dos índices de felicidade permitem verificar tendências e desigualdades e classificação dentro de um país ou entre países, em um dado momento ou ao longo do tempo. Finalmente cabe destacar que o tema estudado apresenta uma complexidade caracterizada pela presença de muitas variáveis independentes (algumas acompanhadas sistematicamente na maioria dos países) atuando nos índices da felicidade. Algumas variáveis independentes podem interagir entre si, o que torna a análise mais complexa ainda. E esta análise de complexidade será tema dos próximos trabalhos dos autores: aplicação dos conceitos de complexidade a um sistema complexo que é o de estabelecimento de critérios para a definição de índices de felicidade."

E também do último trabalho destes autores pode-se extrair (RUSSO & BRESCIANI, 2020c): "Apesar do Produto Interno Bruto (PIB) ser uma métrica praticamente universal das atividades econômicas de um país, ele não leva em consideração muitos outros aspectos econômicos e sociais. Em decorrência desse fato a sua utilização para a definição de políticas públicas de desenvolvimento social e econômico deve ser feita de modo a considerar as suas limitações. Outras métricas também devem entrar na lista de preocupação dos formuladores de políticas como os índices de qualidade de vida e de sustentabilidade entre outros. Esse fato levou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a estabelecer recomendações para os diferentes países visando a promoção do bem-estar social e econômico. Nessas recomendações se destacam temas relacionados à qualidade de vida (saúde, trabalho, educação, meio ambiente, segurança, e bem-estar subjetivo) e às condições materiais (renda e riqueza, rendimentos e trabalho, e moradia). A Organização das Nações Unidas (ONU) se envolveu nessa tarefa também de promoção de estudos mais amplos como a medição felicidade (avaliação da vida, do afeto positivo e do afeto negativo) dos povos como guia para o estabelecimento de políticas públicas pelos seus governos. Mais tarde, ela estabeleceu a Agenda 2030 com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Convém destacar, contudo, a complexidade de se tratar o assunto, quando se procura estabelecer muitos objetivos e muitas metas para as políticas públicas, com seus respectivos indicadores de monitoramento. No estudo da situação do Brasil, verifica-se nos últimos anos, e com base na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que três dimensões avaliadas do bem-estar necessitam particularmente de melhoria: educação, segurança

pessoal, renda e riqueza. De um modo geral todas as dimensões são regularmente acompanhadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para alimentar as agências governamentais (Federal, Estaduais e Municipais) com informações para o estabelecimento das políticas públicas. A avaliação destas métricas adicionais ao PIB mostra que o crescimento econômico é vital para os estágios iniciais do bem-estar tornando-se menos significante nos estágios posteriores do ciclo de desenvolvimento sustentável."

Referências

ATKINSON, A.B., Desigualdade – O que pode ser feito? São Paulo: LeYa, 2015

BRESCIANI F., E - RUSSO, V.A.F, Considerações sobre a desigualdade, inclusão e exclusão social: Estudo preliminar sobre desigualdade, inclusão e exclusão social (Relatório de Pesquisa), Academia Brasileira da Qualidade – Estudos e Relatório Técnicos, São Paulo, 06 de dezembro de 2017, 27p.

BOURGUIGNON, F., The Poverty-Growth-Inequality Triangle, New Delhi: Indian Council for Research on International Economic Relations, 2004.

CANTRIL, H., The Pattern of Human Concerns. New Brunswick (NJ): Rutgers University Press, 1965.

EASTERLIN, R.A., Happiness and Economic Growth: The Evidence, Los Angeles (CA): University of Southern California, Bonn (Germany): IZA – Institute of Labor Economics, 2013.

GINI, C., Indici di concentrazione e di dipendenza. Atti della riunione della Società Italiana per il Progresso delle Scienze, Padova 09.1909. Roma: Società Italiana per il Progresso delle Scienze, 1910, p.453-459.

HAYBRON, D., Happiness, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2019 Edition), Edward N. Zalta (ed.).

[https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/happiness/] <consulta em 12.10.20>

p://worldhappiness.report/p://worldhappiness.report/ http://worldhappiness.report/

KOTLER, P., Capitalismo em Confronto, Rio de Janeiro: Best Business, 2015.

KRAUT, R., Aristotle's, Ethics, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.).

[https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/aristotle-ethics/]<consulta em 12.10.20>

PIKETTY, T., O Capital no Século XXI, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T., Capital e Ideologia, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

RUSSO, V.A.F & BRESCIANI F., E., Aspectos analíticos e estatísticos da desigualdade social e pobreza (Relatório de Pesquisa), Academia Brasileira da Qualidade - Estudos e Relatórios Técnicos, São Paulo, 26 de marco de 2018a, 15p.

RUSSO, V.A.F & BRESCIANI F., E., Desigualdade de renda e pobreza (Relatório de Pesquisa), Academia Brasileira da Qualidade – Estudos e Relatório Técnicos, São Paulo, 04 de dezembro de 2018b, 31p.

RUSSO, V.A.F. - BRESCIANI F., E., Qualidade de vida e índices de avaliação, Revista AdNormas, São Paulo, 21 de março de 2019a, Ano 1, Volume1, Numero 46, 8p.(ISSN 2595-3362). [www.revistaadnormas.com.br]

RUSSO, V.A.F. - BRESCIANI F., E., A desigualdade de renda e pobreza, Revista AdNormas, São Paulo, 04 de julho de 2019b, Ano 2, Volume 2, Número 61, 13p. (ISSN 2595-3362). [www.revistaadnormas.com.br]

RUSSO, V.A.F & BRESCIANI F., E., Avaliação do índice de felicidade (Relatório de Pesquisa), Academia Brasileira da Qualidade – Estudos e Relatório Técnicos, São Paulo, 20 de janeiro de 2020a, 18p.

RUSSO, V.A.F & BRESCIANI F., E., Índices socioeconômicos para estudo do combate à pobreza, Academia Brasileira da Qualidade - Estudos e Relatório Técnicos, São Paulo, 08 de março de 2020b, 6p.

RUSSO, V.A.F & BRESCIANI F., E., Produto interno bruto, índice de felicidade e bem-estar social, Academia Brasileira da Qualidade – Estudos e Relatório Técnicos, São Paulo, 03 de junho de 2020c, 24p.

WHR2020 (HELLIWELL, J.F. et al.(ed), World Happiness Report 2020, NewYork (NY): Sustainable Development Solution Network, 2020.)

[http://worldhappiness.report/] <consulta em 12.10.20>

WORLD BANK GROUP, Poverty and Shared Prosperity – Taking on Inequality, Washington (DC): The World Bank, 2016.

THE WORLD BANK, Poverty headcount ratio at $1,90 a day (2011 PPP) [https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY] <consulta em 12.10.20>

Fontes de Informação Complementares

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA e SECRETARIA ESPECIAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Brasil, 2020

[https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=1] <consulta em 10.10.20>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, Ipeadata, Brasil, 2020

[http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx] <consulta em 10.10.20>

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR NOSSO MUNDO, Brasil, 2020

[https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/] <consulta em 10.10.20>

EBF/291020